

Direitos humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar

9

Human rights and sexual diversity at school: homophobia, teacher's work and everyday life at school

Elizeu Clementino de Souza*

Resumo: Ao tomar como referência o projeto de formação *Direitos Humanos e diversidade afetivo-sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar*, o texto busca sistematizar aspectos relacionados ao referido projeto, tendo em vista possibilitar que os professores em processo de formação construam novos modos de intervenção e práticas no seu cotidiano, capazes de combater o preconceito e promover a igualdade, no que concerne à homofobia no cotidiano social e escolar. É importante salientar que as questões especificamente sobre orientação sexual, homossexualidade e homofobia devem estar situadas no âmbito de discussão dos Direitos Humanos e devem, necessariamente, partir de uma compreensão sócio-histórica e cultural dessas questões, objetivando a incorporação, por parte do corpo docente, da transversalidade deste tema quando na construção do projeto político-pedagógico da Unidade Escolar, enfatizando o respeito às diferenças com o fito de promover a construção de alternativas práticas de trabalho. O texto organiza-se a partir de duas entradas sobre narrativas (auto)biográficas e fabricação de identidades, especialmente no que se refere aos dispositivos e às práticas disciplinares construídas no cotidiano escolar, no tocante à homossexualidade. A primeira entrada centra-se na discussão dos conceitos de biografização, identidade e formação como modos de narração constituídos de discursos da memória, a

* Doutor em Educação. Pesquisador 1D CNPq. Professor Titular na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: esclementino@uol.com.br

partir da centralidade do sujeito que narra, na perspectiva de analisar modos próprios vividos pelos professores sobre a homofobia na escola. A segunda entrada analisa questões concernentes à fabricação da igualdade, à estruturação de dispositivos pedagógicos engendrados no cotidiano escolar, no tocante à homossexualidade, no que se refere à construção de um projeto de homogeneização e negação das diferenças. Assim, tenciono discutir conceitos de igualdade e de diferença e de que forma escamoteia-se, a partir do “micropoder”, do “disciplinamento” – “poder disciplinar” – e do “dispositivo de sexualidade”, mecanismos tácitos e silenciosos inerentes à educação sexual com base nas relações entre corpo-poder-saber e suas correlações com o disciplinamento, o qual demarca papéis sociais e sexuais do processo identitário do adolescente e da polifonia de expressões da homossexualidade e de experiências homofóbicas na cultura social e escolar.

Palavras-chave: Direitos humanos. Diversidade sexual. Homofobia. Trabalho docente. Cotidiano escolar.

Abstract: Taking into account the Project of education ‘Human Rights and affective-sexual diversity at school: homophobia, teacher’s work and everyday life at school’, the text tries to systematize aspects related to the referred Project. It intends to make possible for teachers-to-be to build new modes of intervention and practices in their everyday work. This will aim at defeating prejudices and at promoting equality, concerning homophobia in everyday life both socially and at school. It is important to highlight that questions, which are specifically about sexual orientation, homosexuality and homophobia, must be situated in the area of discussion of Human Rights. They should, necessarily, depart from a social-historical and cultural comprehension of these questions, aiming at incorporation, by teachers, of transversality of this subject when building the political-pedagogical Project of the School Unit, emphasizing respect to differences, so as to encourage new alternative practices of work. The text is organized from two entries about (auto) biographic narratives and identity building, especially that referring to discipline devices and practices built in everyday life at school, in relation to homosexuality. The first entry is centred in the discussion of concepts of biographization, identity and education as ways of narrative constituted of discourses of memory, from centrality of the narrator subject, in the perspective of analysing teachers’ experiences about homophobia at school.

The second entry analyses questions related to equality building, structuring of pedagogic devices, generated at school, related to homosexuality. The objective of this is to build a project of homogenization and negation of differences. In this way, I intend to discuss concepts of equality and difference, how tacit and silent mechanisms inherent to sexual education, based on relations of body-power- knowledge and their correlations with discipline are covered up from “micro-power”, “disciplining” - “disciplinary power” - and “sexuality device”. This demarcates social and sexual roles of the identity process of teenagers, and polyphony of expressions of homosexuality and homophobic experiences in social and school culture.

Keywords: Human Rights. Sexual diversity. Homophobia. Teachers' work. Everyday life at school.

Introdução

O artigo sistematiza questões relacionadas ao projeto de formação *Direitos Humanos e diversidade sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar*,¹ ao focar ações concernentes à construção coletiva de ações que possibilitam aos professores construir formas de enfrentamento cotidiano sobre a homofobia no espaço escolar, bem como novos modos de intervenção e práticas no seu cotidiano, capazes de combater o preconceito e promover a igualdade, no que concerne a homofobia no cotidiano social e escolar.

Nesta perspectiva, a escola comparece como espaço privilegiado para promoção da discussão acerca da homossexualidade, muito embora a escola também figure, ao lado de outras instituições, como reprodutora de preconceitos e discriminações, demonstrada quando na dificuldade de gestores e professores no enfrentamento das questões relativas à diversidade afetivo-sexual no âmbito escolar. Assim, o exercício de um papel mais ativo

¹ O projeto foi desenvolvido com financiamento da Secadi/MEC, no âmbito do Instituto Anísio Teixeira, Secretaria de Educação do Estado da Bahia, entre outubro de 2010 a dezembro de 2011, a partir da realização de Seminários de Formação; do Simpósio Diversidade; Colóquios temáticos territoriais e escritas narrativas dos professores, objetivando que estes pudessem construir ações de fortalecimento no cotidiano escolar sobre Diversidade Afetivo-sexual na escola, no tocante à homofobia.

por parte das escolas no que concerne a discussão das questões atinentes à temática proposta deve necessariamente problematizar concepções curriculares hegemônicas com vistas a permitir que os professores construam novos modos de intervenção e práticas no seu cotidiano, capazes de combater o preconceito e promover a igualdade. Convém questionar, portanto, **como** os professores da rede estadual de Educação desenvolvem suas práticas, tendo em vista a assunção das identidades e o respeito às diferenças? Como podemos **viver** os projetos de igualdade e respeito às diversidades, tão presente e marcada na sociedade brasileira? De que **maneira** a escola pode tornar-se um território favorável à aprendizagem do convívio com a diferença?

É importante salientar que as questões especificamente sobre orientação sexual, homossexualidade e homofobia devem estar situadas no âmbito de discussão dos Direitos Humanos e devem necessariamente partir de uma compreensão sócio-histórica e cultural dessas questões, objetivando a incorporação – por parte do corpo docente –, da transversalidade deste tema quando na construção do projeto político-pedagógico da Unidade Escolar, enfatizando o respeito às diferenças com o fito de promover a construção de alternativas práticas de trabalho.

O texto organiza-se a partir de duas entradas sobre narrativas (auto) biográficas e fabricação de identidades, especialmente no que se refere aos dispositivos e às práticas disciplinares construídas no cotidiano escolar, no tocante à homossexualidade e à homofobia. A primeira entrada toma os conceitos de biografização, identidade e formação como modos de narração constituídos de discursos da memória, a partir da centralidade do sujeito que narra, na perspectiva de analisar, através do aporte teórico-metodológico das narrativas autobiográficas, para entendê-las em seu tríplice aspecto: tanto como fenômeno (o ato de narrar-se) quanto como método de investigação e, ainda, como processo de autoformação e de intervenção na construção identitária, expressas em diferentes modos de narração e discursos da memória, através da escrita de si no contexto de um projeto de formação².

² O Projeto *Direitos Humanos e Diversidade Sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar*, foi desenvolvido pela Diretoria de Formação e Experimentação Educacional

A segunda entrada problematiza e analisa questões concernentes à fabricação da igualdade, à estruturação de dispositivos pedagógicos engendrados no cotidiano escolar, no tocante à homossexualidade, no que se refere à construção de um projeto de homogeneização e negação das diferenças. Tenciono discutir conceitos de igualdade e de diferença e de que forma escamoteia-se, a partir do “micropoder”, do “disciplinamento” – “poder disciplinar” – e do “dispositivo de sexualidade”, mecanismos tácitos e silenciosos inerentes à educação sexual com base nas relações entre corpo-poder-saber e suas correlações com o disciplinamento, o qual demarca papéis sociais e sexuais do processo identitário do adolescente e da polifonia de expressões da homossexualidade na cultura social e escolar.

Pontos de partida: situando o projeto de formação sobre direitos humanos e diversidade afetivo-sexual na escola

O Projeto buscou discutir e sistematizar questões sócio-históricas sobre a homossexualidade e suas diferentes formas de representação no cotidiano social e escolar, ao priorizar no processo de planejamento e desenvolvimento abordagens teórico-metodológicas desenvolvidas em quatro módulos temáticos, tendo em vista construir e mapear representações dos professores em processo de formação sobre diversidade afetivo-sexual no espaço escolar, considerando a proposição coletiva de modos de enfrentamento de práticas homofóbicas.

O trabalho desenvolveu-se através de três ações básicas, a saber: a) reunião com a DIRFE/IAT e diretores/coordenadores de escolas da região metropolitana de Salvador; b) planejamento e detalhamento teórico-metodológico dos quatro módulos temáticos; c) reunião de sistematização e planejamento dos Seminários de Formação com os Consultores de Campo

- DIRFE/IAT/SEC, através dos Seminários de Formação em escolas Polos de Salvador, com Consultoria de Elizeu Clementino de Souza e Osvaldo Fernandez. O referido projeto buscou discutir e sistematizar questões sócio-históricas sobre a homossexualidade ao priorizar construir e mapear representações dos cursistas sobre a temática trabalhada, tendo em vista a proposição coletiva de modos de enfrentamento de práticas homofóbicas.

e Formadores, bem como acompanhamento das oficinas, avaliação e planejamento do Simpósio Direitos Humanos.

Nesta perspectiva, o trabalho configurou-se na realização de oficinas e seminários de formação sobre diversidade afetivo-sexual na escola, com ênfase nas dimensões pessoal e profissional do professor, no que concerne às experiências implicadas com as diversidades. Por fim, pretendeu-se construir modos de trabalho/projetos de ensino que possibilitassem a utilização de múltiplas linguagens nos processos de formação em sala de aula, quando vinculados à questão da diversidade sexual na escola.

Objetivou-se, com o desenvolvimento do projeto, discutir aspectos teóricos relativos à diversidade afetivo-sexual e suas representações no cotidiano escolar e implicações no/sobre o trabalho docente, através do desenvolvimento de ações de formação que fortaleçam o trabalho docente com os professores para o reconhecimento da Escola como o lugar da promoção da igualdade social, da diversidade e da cidadania. Do ponto de vista metodológico, buscou-se apresentar o campo científico e os fundamentos teóricos e disciplinares acerca do gênero e da sexualidade, com ênfase especial para o desenvolvimento psicopedagógico e para a prática dos professores no contexto escolar e em situações de conflito de valores sociais. Do mesmo modo, a realização das oficinas e dos seminários de formação sobre diversidade afetivo-sexual na escola buscaram abordar as diferenças e experiências sexuais singulares dos jovens e o papel desempenhado pela cultura homofóbica no processo de exclusão de homossexuais e mulheres grávidas do sistema de ensino, bem como salientar que a homofobia, o sexismo e o racismo são preconceitos operantes nas relações sociais no interior da escola, destacando a necessidade de erradicá-los através da promoção de valores democráticos – pautados pelos direitos humanos, de uma cultura de paz e de respeito à diversidade humana e cultural. Por fim, objetivou-se também, no desenvolvimento do projeto, mapear e analisar práticas discriminatórias e promover uma política de transformação, problematizando as diferenças e as desigualdades sociais.

Tais objetivos possibilitaram, através de uma metodologia participativa e centrada na escrita de narrativas de formação, a operacionalização

dos quatro módulos temáticos que abordaram questões sobre a diversidade sexual e o trabalho escolar, tendo em vista sensibilizar os professores para que incorporassem a sexualidade e a educação sexual como elementos fundamentais das práticas pedagógicas no cotidiano escolar, na mediada em que oportunizou a discussão de princípios e pressupostos da sexualidade como uma questão imprescindível dos projetos políticos pedagógicos, de programas e conteúdos das disciplinas escolares e como tema transversal. Dessa forma, buscou-se contribuir para a criação de programas de Educação Sexual nas Unidades Escolares e de oficinas pedagógicas que abordassem temas a respeito da sexualidade e correlatos, bem como a construção de metas-oficinas como forma de demonstração acerca dos fundamentos teóricos, práticos e de sua efetividade no processo de ensino e aprendizagem, ao entendê-las como uma das principais estratégias para o desenvolvimento da educação sexual nas escolas, a partir do imaginário, dos valores e *ethos* dos envolvidos, ao focar temas tabus, além de lidar com assuntos e experiências relativas à esfera privada, a intimidade e a subjetividade do público-alvo.

Cabe destacar que as ações desenvolvidas fortaleceram os professores cursistas para a construção de táticas autônomas e possibilidades de incorporação de concepções e práticas sobre direitos humanos e diversidade afetivo-sexual no trabalho docente e no cotidiano escolar, no que tange às Diretrizes Nacionais e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), adequando-os às condições locais, na medida em que o trabalho desdobrou-se na orientação para a construção de registro sobre as atividades desenvolvidas pelos professores em sala de aula e no ambiente escolar, a partir da aplicação do questionário de diagnose, bem como a escrita de relatos (auto)biográficos, tendo em vista a explicitação da maneira pela qual entendem a contribuição dos seminários e das oficinas para a sua formação e as implicações sobre suas práticas/experiências formais e informais em relação às temáticas trabalhadas. Tais informações permitiram, evidentemente, a adequação em termos de profundidade do tratamento das questões e adequação à realidade dos professores cursistas, mediante o

trabalho com textos de livros e revistas; aplicação de dinâmicas e técnicas de grupo; projeção de filmes, fotografias e audição de músicas.

As ações desenvolvidas fortaleceram perspectivas de trabalhos no cotidiano escolar, no que se refere às discussões sobre parâmetros legais e as formas de inclusão da sexualidade, da homossexualidade e dos direitos humanos na agenda social das escolas, tendo em vista contribuir para a construção e o desenvolvimento de programas de orientação sexual, propostas de trabalhos, oficinas e/ou projetos didático-pedagógicos no cotidiano escolar.

Buscou-se construir atividades que possibilitassem aos professores cursistas maior atenção, no que tange ao papel desempenhado por eles para a manutenção e as mudanças estereotipadas do gênero e das representações sociais atribuídas à sexualidade na prática escolar e suas relações com as crianças e os adolescentes, ao introduzir questões sobre mediação de conflitos, no que concerne as dimensões éticas e da cidadania no cotidiano escolar, fortalecendo valores democráticos e de direitos humanos para a construção de cultura da paz.

O trabalho implementado nos Módulos Temáticos - I a IV - centrou-se na reflexão ética em torno dos conflitos no ambiente escolar como uma oportunidade para a educação e a promoção dos direitos humanos, a fim de contribuir para o desenvolvimento de valores como respeito, dignidade, igualdade, tolerância e respeito à diversidade, bem como despertar os professores e estudantes para o seu desenvolvimento psicossocial, num ambiente de respeito mútuo e solidariedade, tendo em vista o fortalecimento da escola como instituição fundamental para a promoção da saúde e de práticas sexuais mais seguras e saudáveis. Ainda assim, o trabalho desenvolvido desdobrou-se na perspectiva de reduzir a vulnerabilidade escolar frente às discriminações de orientação sexual, sexismo, racismo e outros no ambiente público, local da igualdade de direitos e oportunidades, o que tem representado maiores sofrimentos, ampliação da desigualdade social e maiores níveis de violência e exclusão social, especificamente a partir da sensibilização para o papel desempenhado pela Escola nas formas de responder aos principais desafios colocados pela realidade brasileira, tais como: sexo, drogas, violência e cidadania.

Após a sistematização abreviada do projeto e das oficinas e seminários de formação, buscarei discutir aspectos concernentes à pesquisa (auto) biográfica, ao trabalho docente e às suas relações com a diversidade no cotidiano escolar, bem como sobre fabricação de identidade e homofobia na escola, ao utilizar excertos de textos narrativos escritos pelos professores no processo de formação.

Biografização, trabalho docente e diversidade

Políticas de formação de professores poderão contribuir para a superação de práticas normalizadoras no cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito à homofobia e ao preconceito presente no contexto social e escolar. Ações pontuais vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), por Secretarias de Educação, ONGs e suas relações com a escola, tendo em vista a redução da vulnerabilidade escolar frente às discriminações de orientação sexual, sexismo, racismo e outros no ambiente público. Cabe destacar o *PROJETO Direitos Humanos e diversidade afetivo-sexual na escola: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar*, o qual discutiu e sistematizou questões sócio-históricas sobre a homossexualidade e suas diferentes formas de representação no cotidiano social e escolar, bem como construir modos de enfrentamento de práticas homofóbicas. Desenvolveu-se ações que fortaleçam práticas autônomas, tendo em vista incorporar concepções e práticas sobre direitos humanos e diversidade afetivo-sexual no trabalho docente e no cotidiano escolar, no que tange às Diretrizes Nacionais e aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), adequando-os às condições locais.

Em relação à escola e ao trabalho pedagógico desenvolvido ou não em relação à sexualidade, pude observar que, para os professores envolvidos no projeto de formação³, a questão da sexualidade é inexistente na

³ Refiro-me aqui aos professores da Rede Estadual de Ensino que participaram do Projeto *Direitos Humanos e Diversidade Sexual: homofobia, trabalho docente e cotidiano escolar*, os quais são caracterizados como colaboradores da pesquisa-formação, mediante a escrita de fragmentos narrativos sobre suas vivências e trabalho docente desenvolvido no cotidiano escolar sobre a sexualidade a homossexualidade, desenvolvido no segundo semestre de 2008.

prática pedagógica, isso porque os sujeitos pesquisados entendem que é – em particular – da competência dos professores do departamento de Biologia, depois das orientadoras educacionais e, por consequência, da direção da escola desenvolverem ações concernentes à temática, mais especificamente em relação à homossexualidade. Os excertos a seguir ilustram questões cotidianas, expressas nas falas das professoras sobre o trabalho docente com a sexualidade na escola, quando afirmam que:

Acredito que a sexualidade é um tema necessário para ser trabalhado com os jovens das escolas, porém o foco deve estar voltado sempre para o direcionamento das realidades de cada grupo. Hoje é notório que a escola e os professores realizam papel fundamental e muitas vezes é a única fonte de informação para esclarecer dúvidas pertinentes com os adolescentes e crianças. Contudo tais abordagens devem ser trabalhadas com cautela, segurança e além de tudo conscientização sobre temas que até hoje são alvo de preconceito ou discriminação, para se atingir um bom resultado na formação sexual destes jovens. Espero agregar novos valores para incorporar no meu dia-a-dia em sala de aula, além de sentir-me mais segura e mais à-vontade para contextualizar novas temáticas. (Sandra⁴ – Professora de Química).

Sou graduada em História, fiz pós-graduação em história social e educação e hoje faço mestrado em família na contemporaneidade, com o projeto “Relação família - escola no processo educacional dos filhos de pais ou mães homossexuais”. O projeto nasceu das observações em sala de aula e hoje tento compreender como a escola, principalmente, trabalha com a questão da não exclusão, discriminação e preconceito desses indivíduos no mundo social. Percebo que na área educacional se fala muito em orientação sexual. Está explícito nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), mas não efetivados em projetos pedagógicos. Por outro lado, docentes e educadores como todo também não estão preparados para tal, nem para a diversidade, como o tema do meu projeto. Quando a direção da escola convidou-me pra fazer o curso, acredito que

⁴ Os nomes aqui utilizados são fictícios, tendo em vista a preservação da identidade das professoras e dos professores que participaram do projeto de formação. Os excertos resultam da escrita de fragmentos narrativos sobre a vivência pessoal e trabalho pedagógico desenvolvido na escola sobre a homossexualidade.

é uma oportunidade de começar a efetivar, mesmo com mínimos projetos, trabalhos relevantes sobre sexualidade nas escolas, sem sair das propostas curriculares das disciplinas. (Eduarda – Professora de História).

Profissionalmente, tenho um aluno e uma aluna que analisando apenas aspectos físicos, indicam uma tendência homossexual. O menino sofre com o preconceito e as críticas dos colegas, que a meu ver, por ele nunca (acho eu) ter sido orientado ou conversado com ele sobre o assunto, às vezes é estimulado por ele mesmo. Ele é muito jovem, 13 anos, a família não toca no assunto e isso dificulta mais ainda a situação. Eu nunca falei diretamente com ele sobre sexualidade, homossexualidade. Procuo sempre me dirigir a toda turma, sempre que busco sobre o tema em sala. Tenho medo de ser direta ao falar com ele e não conseguir me fazer entender e de não conseguir ajudá-la. A menina é mais complicada, porque ela, até então, e que eu tinha visto, não enfrenta nenhuma crítica ou preconceito por parte dos colegas. Apenas o jeito e as características físicas indicam que ela tem tendências homossexuais. Então não sinto nenhuma segurança para me aproximar, conversar. A família dela eu não conheço, por isso não sei se é apenas uma característica dela ou realmente existe algo. (Daiane – Professora de Português).

Diversos são os equívocos manifestados nos discursos dos professores que, pelo fato de a escola não assumir uma proposta educativa que priorize a conscientização, mesmo que dos aspectos concernentes à abordagem biológica e genética da sexualidade humana – o coito, a gravidez, a ejaculação, as doenças sexualmente transmissíveis e outras –, para os alunos, a sexualidade/homossexualidade passam despercebidas pela instituição escolar.

As explicações e concepções explicitadas pelos professores e, muitas vezes, pelos alunos nascem das preocupações com as doenças e com o avanço sexual veiculado pelos meios de comunicação. Não existe clareza sobre a mercantilização do corpo, a feitiçização do desejo, a discriminação sexual, a exploração e vitimização sexual de crianças, a marginalização e banalização da homossexualidade e a utilização do prazer como forma de sedução, pois é do interesse do modo capitalista de pensar o imediatismo do consumo a não reflexão sobre a natureza do desfrute, a oralidade, o prazer aqui e agora. Os dispositivos disciplinares e tácitos erigidos pelo capitalismo

negam a totalidade das experiências, particularizando-as em nome de um gozo imediatista e centrado no consumo. O corpo torna-se mercadoria e alvo de poder-saber e consumo. Reduz-se a sexualidade e suas expressões a padrões de mercadorias, vinculando-a a satisfação imediata e narcisista do desejo, e as políticas de sentido, conforme salienta Scott (1999), quando se refere ao conceito de experiência e às “metáforas de visibilidade” como um ver que permite e legitima a assunção de práticas, tidas como marginais em espaços e tempos indicados e construídos pela ideologia do amor livre, como ápice do capitalismo sexual.

Uma das formas de enfrentamento do preconceito e da ausência de trabalhos no cotidiano escolar, no tocante à homossexualidade, exigirá das escolas e dos sistemas de ensino o desenvolvimento de políticas de formação centradas nas dimensões pessoal e profissional do professor, mais especificamente as que tomam as histórias de vida e as narrativas docentes como eixos de formação, visto que podem contribuir para a construção de modos de trabalho e desenvolvimento de projetos de ensino, que mobilizam múltiplas linguagens nos processos de conhecimento e aprendizagens na sala de aula.

Tomar a escrita de si como um caminho para o conhecimento, numa perspectiva hermenêutica, não se reduz a uma tarefa técnica ou mecânica. O pensar em si, falar de si e escrever sobre si emergem em um contexto intelectual de valorização da subjetividade e das experiências privadas. Nesse sentido, o conceito de “si mesmo” é, como todo conceito, uma proposta organizadora de determinado princípio de racionalidade. O falar de si hermenêutico, que defendemos como meio formativo neste artigo, é muito diferente do falar de si movido por metafísica teológica ou pragmatista. A epistemologia da modernidade criticou a metafísica medieval e teológica deslocando a verdade de uma dogmática religiosa para a dogmática racionalista. O pressuposto principal da racionalidade moderna é a separação entre sujeito e objeto e a crença de que é passível de conhecimento apenas o que for possível ser medido, ordenado, comparado etc. Logo, a subjetividade deveria ser exorcizada da ciência. Os cientistas deveriam escrever sobre o que eles pesquisam, e não sobre o que eles são; deveriam escrever sobre suas descobertas, e não sobre suas crenças e seus valores.

No campo da educação, conforme aponta Josso (2002), estamos vivenciando, a partir dos últimos vinte anos do século XX, o desenvolvimento de uma sensibilidade à história dos aprendentes. Como pensar, a partir do reconhecimento da importância da subjetividade, a formação docente? No que e de que forma ela pode contribuir para uma profissionalidade docente mais consequente?

Os estudos das histórias de vida no campo educacional centram-se na **pessoa do professor**, com ênfase nas subjetividades e identidades que as histórias comportam. Com a centralização dos estudos e das práticas de formação na pessoa do professor, busca-se abordar a constituição do trabalho docente levando-se em conta os diferentes aspectos de sua história: pessoal, profissional e organizacional, percebendo-se uma tomada de consciência que nos leva a reconhecer os saberes construídos pelos professores, no seu fazer pedagógico diário, o que não acontecia anteriormente nos modelos de formação de professores. Novos conceitos para a compreensão do trabalho docente surgiram com os estudos educacionais, cujas abordagens de pesquisa passaram a reconhecer o professor como sujeito, trazendo à tona a necessidade de se investigarem os saberes de referência dos professores sobre suas próprias ações e pensamentos, caracterizando-os, inclusive, como sujeitos de um saber e de um fazer inerentes à profissão.

Através da abordagem biográfica (SOUZA, 2006) o sujeito produz um conhecimento sobre si, sobre os outros e o cotidiano, revelando-se através da subjetividade, da singularidade, das experiências e dos saberes. A centralidade do sujeito no processo de pesquisa e formação sublinha a importância da abordagem compreensiva e das apropriações da experiência vivida, das relações entre subjetividade e narrativa como princípios, que concede ao sujeito o papel de ator e autor de sua própria história.

A pesquisa com histórias de vida inscreve-se neste espaço em que o ator parte da experiência de si, questiona os sentidos de suas vivências e aprendizagens. A escrita da narrativa abre espaços e oportuniza, às professoras e aos professores em processo de formação, falar-ouvir e ler-escrever sobre suas experiências formadoras, descortinar possibilidades sobre a formação através do vivido. A construção da narração inscreve-se na

subjetividade e estrutura-se num tempo, que não é linear, mas num tempo da consciência de si, das representações que o sujeito constrói de si mesmo.

No âmbito da história da educação, as pesquisas (auto)biográficas têm apresentado contribuições férteis para a compreensão da cultura e do cotidiano escolar, da memória material da escola e se apropriado das escritas (auto)biográficas, das narrativas de formação, como testemunhos, indicativos das relações com a escola, visto que no “[...] campo específico da história da educação, a inclusão dessas fontes participa de um movimento de renovação de opções teórico-metodológicas e temáticas, característico das duas últimas décadas [...]” (CATANI, 2005, p. 32).

Fabricação de identidade, cotidiano escolar e homossexualidade

Discutir a fabricação da igualdade, tomada aqui como projeto de homogeneização dos indivíduos e da negação das diferenças no espaço da escola, da família, da igreja e dos meios de comunicação, no que se refere à homossexualidade e suas implicações com a construção/vivência do processo identitário do adolescente, é uma tarefa que exige reafirmação de novas e constantes opções que cruzam e entrecruzam a compreensão do mundo, da vida, da sexualidade, da homossexualidade e da adolescência na contemporaneidade.

Penso que já é mais do que necessário superarmos a visão de uma natureza a-histórica, ligada a estereótipos e “naturalidade” do desenvolvimento físico-corporal frente aos legados de fenômenos biológicos do crescimento e desenvolvimento do adolescente. Não podemos negar as implicações que representam as transformações biológicas na adolescência, também não podemos partir de princípios universalistas que definam e demarquem esse crescimento desvinculado de códigos e padrões de disciplinamento, da negação/ocultamento das identidades frente a um projeto pasteurizador de identidades relacionado a uma dita “normalidade”.

A vivência da adolescência entrecruza, no seu cotidiano, com valores produzidos no coletivo e no âmbito social, na medida em que se modificam em consonância com os condicionantes econômicos, políticos,

institucionais, culturais, físico-ambientais e ético-estéticos. Compreendo que é desse entrecruzamento que são apropriados, construídos e reconstruídos diversos processos e formas da vida do adolescente como protagonista de suas dúvidas, escolhas e possíveis opções. Por isso, penso que não devemos fechar a noção de “identidade” como algo fixo, imutável e cristalizado, porque adolecer significa construção, daí a necessidade de compreendê-la como processo que comporta subjetividades, complexidades, diferenças, e não igualdades.

Tomados como espaços significativos do adolecer, a família, a escola e o meio social exercem papéis preponderantes para a internalização e extrojeção de valores, posturas, comportamentos e estrutura psicoemocional do adolescente, que são demarcados a partir de estigmas relacionados a gênero, classe social, etnia, preconceitos e possíveis opções realizadas pelo sujeito em sua historicidade.

Por que discutir a igualdade e a diferença em relação à adolescência e à homossexualidade, quando discutimos aportes sobre a “identidade sexual na adolescência”? O que significa falar de igualdade e diferença? Como a família e a escola produzem sujeitos “iguais” e negam a diferença? O que significa ser adolescente homossexual numa sociedade que se manifesta em torno de um projeto de igualdade? Como se produziram e se produzem as diferenças e quais efeitos têm sobre os sujeitos?

A princípio, convencionou-se que “[...] a sexualidade ‘normal’ é a heterossexual; mais do que isso, ela é concebida como a única forma ‘natural’ de sexualidade. Homens e mulheres homossexuais e bissexuais estão fora da norma, são desviantes, doentes ou pervertidos” (LOURO, 1998, p. 36). A princípio, é fundamental desconfiar de tudo que é naturalizado, especialmente em relação às práticas cotidianas engendradas na escola e no espaço familiar, as quais são ancoradas em padrões da heterossexualidade, envolvendo os sujeitos e reforçando o projeto de igualdade, reforçando a marginalização e escamoteando as diferenças daqueles que transitam e optam por formas de expressão e de manifestação da sexualidade que não se enquadram nas legitimidades sociais e institucionais.

Tomo de Louro (1997; 1998), Hall (2000) e Silva (1999; 2000) princípios teóricos que me possibilitam apreender a identidade como “aquilo que é”, e a diferença como oposto a identidade, como “aquilo que não é”, visto que estão numa relação de estreita dependência. Ou seja, a forma de expressão da identidade, como fixa e imutável, demarca e escamoteia as relações postas nessa relação, ou como algo que se esgota em si mesma. Nesse sentido, “[...] consideramos a diferença como um produto derivado da identidade. Nesta perspectiva, a identidade é a referência, é o ponto original relativamente ao qual se define a diferença [...]” (SILVA, 1999, p. 74-75). Assim, identidade e diferença são produções históricas e resultantes de processo de produção simbólica e discursiva que envolvem poder, saber, disciplinamento, inclusão, exclusão que se caracterizam em representações. Por isso,

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja ela da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreita conexões com relações de poder. (SILVA, 1999, p. 96-97).

Dá a necessidade de eleger o paradigma foucaultiano (1990) do “poder-saber” como possibilidade de análise, a partir do “micropoder”, de valores concernentes ao papel exercido pela família e pela escola, no que tange ao poder disciplinar exercido sobre o corpo, logo sobre a sexualidade (FOUCAULT, 1988; 1988a; 1988b), a homossexualidade e a adolescência.

As categorias analíticas do “micropoder”, do “disciplinamento” – “poder disciplinar” – e do “dispositivo de sexualidade” (FOUCAULT, 1989; 1990) me possibilitam entender mecanismos tácitos e silenciosos inerentes à educação sexual com base nas relações entre corpo-poder-saber

e suas correlações com o disciplinamento, delimitando o papel da educação na formação do cidadão e, conseqüentemente, a utilização do corpo como alvo e objetivo do poder-saber, o qual demarca papéis sociais e sexuais do processo identitário do adolescente e da polifonia de expressões da homossexualidade na “sociedade do paraíso clandestino”, o qual é aqui entendido como manifestação da prática sexual homossexual desvelada e mascarada, bem como clandestina em espaços como saunas, *dark room*, pegação e tantos outros. Será que os homossexuais precisam da aprovação alheia?

Discutir as possíveis relações entre escola, família, homossexualidade e adolescência me leva a pensar, inicialmente, na superação da abordagem fisiológica e genética da sexualidade no seu estado natural, tendo em vista compreender as representações sociais/sexuais e as conseqüentes buscas do prazer e do desejo frente às necessidades humanas – homo e heterossexuais – e de como o capitalismo apropria-se da sexualidade nos seus diferentes momentos históricos, disciplinado o corpo para torná-lo dócil, útil e cristalizado de culpa e pecado.

Compreender as relações entre homossexualidade, família e educação concentra-se na análise das representações que os jovens têm da sexualidade através da dinâmica social, dos discursos e das relações travadas entre a escola e a família, que pregam a falácia da sobrevivência da espécie, por meio da reprodução – sexo lícito – e a tradução da biologização da sexualidade como paradigma sociocultural. Entender a sexualidade como criação do espírito humano, como produto de forças sociais e históricas, como uma unidade simbólica, me parece ser uma das possibilidades de escolher viver a homossexualidade sem culpa, porém vivendo as interdições e o disciplinamento de um todo social.

Se a sexualidade também é o resultado de uma elaboração histórica e social, não sou ingênuo a ponto de afirmar que a biologia, a fisiologia e a morfologia do organismo devam ser esquecidas, uma vez que é sobre elas que se estabelecem as precondições e os princípios da sexualidade humana. A biologia cria os princípios da nossa existência sexual, definidos, também, a partir dos papéis de gêneros forjados historicamente; ela não condiciona e delimita aquilo que é provável e possível. Ser adolescente e vivenciar

papéis homossexuais significa transgredir, por natureza do desenvolvimento bio-psico-social, projetos familiares e sociais possíveis e desejáveis.

O postulado que favorece a compreensão da dimensão cultural e histórica da sexualidade, a qual tem sua base na concepção histórica do corpo e do sistema de valores de cada sociedade, articula-se ao poder, que dá forma e preestabelece paradigmas para a compreensão desse fenômeno subjetivo que é a erotização e, por consequência, a construção de uma sociedade homoerótica, preconceituosa e centrada em padrões de homogeneização e igualdade.

Ao compreender a sexualidade como uma produção cultural, determinando valores e estabelecendo critérios simbólicos para a construção da identidade humana, entendo que a expressão de diferentes formas de representações da homossexualidade na adolescência define possíveis surpresas que são marcadas pelas descobertas, pelas escolhas ou pelas definições de papéis sobre a homossexualidade, como instâncias de inscrição, com base em códigos tácitos de poder-saber, que se revelam-mascaram no mundo e submundo *gay*, implicando nas descobertas e experiências cotidianas da adolescência.

Com base em enunciados discursivos, a escola e a família educam e disciplinam os sujeitos utilizando postulados classificados como normais, implicando em processos identitários mascarados e reveladores de negação da alteridade e de busca da individuação como formas de assunção de um sujeito emancipado e feliz por suas escolhas. Será que as escolas e as famílias estão produzindo práticas discursivas de enfrentamento ou de marginalização das diferenças no cotidiano social? O que temos feito? Será que a tolerância não se constitui como uma forma velada de marginalização e preconceito frente à homossexualidade e à adolescência?

Que papel exerce a escola face à adolescência, sexualidade e homossexualidade dos educandos? De que forma a escola, como espaço educacional formal, concebe a sexualidade/homossexualidade? Como se veiculam os valores sexuais na prática pedagógica-docente? Existe algum trabalho concreto sobre a sexualidade e as formas de enfrentamento/aceitação da identidade/diferença homossexual nas escolas?

Inicialmente, faz-se necessário situarmos a escola no bojo da sociedade capitalista, entendida como um espaço capaz de transmitir/socializar conhecimentos às novas gerações, mantendo, assim, a estrutura vigente, com base em padrões de “normalidade” e reafirmando a fragmentação do pensar e do fazer. No que se refere à construção e expressão da sexualidade humana, a escola, historicamente, aborda através do seu currículo a fragmentação calcada em torno dos binômios: autoridade/disciplina, corpo/mente, poder/saber, pecado/prazer, com base nos conhecimentos que são veiculados e vivenciados no cotidiano pedagógico.

Conforme Louro (1997), “a escola delimita espaços”, os quais são instituídos a partir de símbolos e códigos, mapeando o que cada um pode ou não pode fazer, separando, agregando, elegendo, classificando e legitimando diferenças em suas identidades “escolarizadas”.

Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir... E todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferenças. Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens – reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente. (LOURO, 1997, p. 61).

Dessa forma, parâmetros curriculares, estratégias de ensino, teorias, símbolos, linguagem, materiais didáticos e técnicas de avaliação são espaços das diferenças de etnia, gênero, raça e sexualidade que possibilitam a fabricação de sujeitos que incorporam, de forma sutil e imperceptível, padrões de normalização com base na homogeneização e na igualdade.

No que se refere aos conteúdos relativos à sexualidade humana, a escola aborda especificamente os assuntos referentes ao desenvolvimento biológico e às funções dos órgãos sexuais, traduzindo e transformando o homem em pênis e a mulher em vagina. Esses conteúdos, inicialmente, são trabalhados pela escola no 4º ano do Ensino Fundamental, na área de estudo de ciências, com o objetivo de informar aos pré-adolescentes que algo

de novo acontecerá, tomando como referência princípios normalizadores sobre a sexualidade. No que tange à homossexualidade, muitas vezes a escola não toma como possibilidade de trabalhar as diferenças e, sim, reforça o discurso e as narrativas da tolerância, discriminação e marginalização no seu cotidiano, ou alega a incapacidade de lidar/conviver com a diferença homossexual.

No 7^o ou 8^o ano do Ensino Fundamental, os estudantes, já adolescentes, encontram-se no processo de desenvolvimento sexual, marcado pelo nascimento dos pelos pubianos, pela menarca para a menina e a primeira ejaculação para o menino. Momento esse que a escola busca “educar sexualmente” os adolescentes informando-os sobre a mudança que começa a ocorrer no seu corpo, reforçando a norma vigente da sexualidade que se caracteriza na preparação dos indivíduos para o matrimônio, ou seja, a compreensão do sexo lícito e privado para a reprodução.

É com base no matrimônio, como ápice da expressão sexual, que a escola veicula os valores sexuais através do controle e da “biologização” da sexualidade dos sujeitos através da autorrepressão, da culpabilidade e do não prazer, daí se negar ou tolerar a homossexualidade como expressão da diferença que foge do padrão de “normalidade”.

A “dessexualização” dos sujeitos vem culturalmente marcada pela biologização e pelos diferentes conceitos e conselhos morais que giram em torno da sexualidade, encerrando-a na procriação e na manutenção da espécie. Esvaziar a sexualidade do seu conteúdo central – prazer – é a tarefa básica adotada pela escola através da chamada “educação sexual”. Obviamente, “Não obstante as aparências, creio que atualmente pouco se faz em termos de educação sexual. Aliás, pouquíssimo. Quero dizer que a imensa operação à qual foi dado este nome nada tem a ver com educação [...]” (BERNARDI, 1985, p. 15).

A negação da ideia de prazer, transposta pelo dever na sociedade conservadora e pudica, caracteriza-se pelo sacrifício, pela obediência, disciplina, punição e resignação das condutas e posturas morais e sexuais dos sujeitos. Consolidar esses valores através dos “discursos enunciativos” e da repressão da livre expressão humana tem sido o objeto da escola que utiliza

a informação sexual como conteúdo pedagógico, objetivando docilizar os educandos e difundir valores correspondentes à hegemonia sexual reinante. Consequentemente,

[...] esta é a educação que comumente se faz, e esta é a educação geralmente acolhida de bom grado, promovida e encorajada. Quem se afasta dessa linha de conservadorismo e de imobilismo está destinado à desaprovação, à censura, à condenação. A educação entendida como dirigida à livre evolução da personalidade e a uma procura crítica dos comportamentos éticos é considerada suspeita, pernicioso, socialmente daninha e anticultural [...]. (BERNARDI, 1985, p. 15).

Pensar os conteúdos como indissociáveis do cotidiano social, a escola como um “instrumento de apropriação do saber” e a educação como “uma atividade mediadora no seio da prática social global”, que possibilite ao aluno uma releitura crítica e uma “participação organizada e ativa na democratização da sociedade”, superando o enfoque tradicional e técnico dos conteúdos escolares, é tarefa precípua para o educador comprometido com a realidade e com a contextualização de um novo projeto pedagógico face aos “conteúdos culturais universais”, que são construídos pelos sujeitos nos seus diferentes momentos históricos.

Assim, Souza (1994) afirma que, para repensar e contextualizar a sexualidade e os conteúdos concernentes aos valores sexuais como instrumento da “educação sexual”, faz-se necessário entender e analisar a relação entre as formas de saber e o poder articulado aos conhecimentos, especificamente aos conhecimentos sexuais, buscando superar a norma vigente da sexualidade, a biologização e dessexualização dos sujeitos, mediante a conscientização e a compreensão do prazer como um paradigma de vida.

A obediência e, consequentemente, o “disciplinamento” e a “docilidade” são evidenciados em relações com a família e a sexualidade, expressas nas falas de professores e alunos, quando afirmam que o papel fundamental exercido pela família centra-se na exigência da preparação para o matrimônio com base no sexo lícito e monogâmico. Tende-se nesse momento

a enfatizar a reclusão ao prazer, a negar a sexualidade infantil, a homossexualidade, o diálogo, salientando a desinformação, o medo, os tabus e preconceitos em torno da sexualidade sem culpabilidade.

Como síntese do trabalho, posso afirmar que as representações exotropejadas do ponto de vista linguístico, através dos discursos e dos comportamentos sexuais dos adolescentes, estão longe de, efetivamente, construir uma nova forma de vida, em que sexualidade e prazer estejam inter-relacionados. Constato essa afirmativa nos diferentes momentos que vivenciei observando diferentes sujeitos, convivendo com eles e levantando as concepções sobre sexo, sexualidade, educação, prazer, estereótipos dos papéis sexuais, influências da família, da igreja e da escola sobre a sexualidade e, conseqüentemente, do comportamento sexual dos jovens hoje, que traduzem valores biologizantes, tabuizados e subservientes.

Referências

BERNARDI, M. *A deseducação sexual*. São Paulo: Summus, 1985.

CATANI, D. B. As leituras da própria vida e a escrita de experiências de forma. *Revista da FAEEDA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 14, n. 24, p. 31-40, jul./dez. 2005.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. de Maria Tereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Trad. de Maria Tereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988a.

_____. *História da Sexualidade III: o cuidado de si*. Trad. de Maria Tereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988b.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Global, 1990.

_____. *Vigiar e punir*. Trad. de Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1989.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103/133.

JOSSO, M.-C. *Experiências de vida e formação*. Lisboa: EDUCA, 2002.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Segredos e mentiras do currículo. Sexualidade e gênero nas práticas escolares. In: SILVA, L. H. da (Org.). *A Escola Cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 33-47.

SILVA, T. T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O. *Falas de gênero: teorias, análises e leituras*. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-55.

SOUZA, E. C. de. *O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A, Salvador: UNEB, 2006.

_____. A escola e a sexualidade: porque negar o prazer? In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília v. 75, nº 179/180/181, Seção: Comunicação e informação, p. 450-467, jan./dez., 1994.